



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 09 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**Processo nº 0005841-69.2021.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO****CNPJ: 03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

CONTRATADA: DESKGRAPHICS REALIZE TECNOLOGIA LTDA-EPP CNPJ: 10.537.193/0001-78

Endereço: Rua Doutor Paulo Herve, 1350, loja 15, Bingen, Petrópolis/RJ, 26.665-510 telefone: (21) 3570-2510 e-mail: deskgraphics@deskgraphics.com.br

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Assinatura de 04 (quatro) licenças do software da Autodesk, Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial Single-user ELD Annual Subscription, incluindo suporte técnico, atualizações de versão e correções de software, licenciamento flexível com acesso a versões anteriores, gerenciamento e controle de usuários e serviços em nuvem Autodesk – Renovação do Contrato 110003641365.

§1º. A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo dispensável a licitação nos termos do seu art. 24, II, e dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 26/04/2022.

§2º. Especificação Técnica do Objeto

- Nível básico de suporte de instalação, de configuração e base de conhecimento *online*;
- Suporte agilizado em fóruns da comunidade;
- Acesso e instalação de todas as atualizações de versão do programa lançadas durante o prazo da assinatura;
- Disponibilização de lições de autoaprendizagem, em meio eletrônico, com aulas interativas através de *e-learning* no portal de assinantes;
- Instalação de uma segunda cópia dos programas, em quantidade igual ao número de licenças adquiridas, em outro local, fora das instalações do TRE-ES, em notebook por exemplo, para utilização do programa nos locais de obra por ocasião das visitas de fiscalização para produzir trabalhos relacionados às necessidades do TRE-ES ou para o aprendizado pessoal de servidores;
- Manutenção dos direitos de uso de até três versões anteriores à versão vigente do programa;
- Download de extensões e outros aprimoramentos disponíveis para os produtos da assinatura;
- Utilização de uma plataforma que forneça acesso e armazenamento na nuvem, um espaço de trabalho de colaboração e serviços que ajudam a melhorar a maneira de projetar, visualizar, simular e compartilhar os desenhos com outros usuários a qualquer momento e em qualquer lugar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, **com início em 05/07/2022 e término em 04/07/2023.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

- Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo:
 - anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências;
 - comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada, bem como todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da STIC;
- Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita.
- Encaminhar formalmente a demanda à Contratada, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecedor de Bens;
- Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas nesta Carta-contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- Prestar os serviços conforme especificado neste instrumento;
- Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto ao Contratante;
- Atender prontamente a quaisquer orientações e exigências do gestor do contrato quando inerentes à execução do objeto contratual;
- Reparar quaisquer danos diretamente causados ao Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual;
- Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo Contratante;
- Manter, quando especificada e durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
 - Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;
- Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- Manter durante a execução desta Carta-contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

parágrafo único. Da Comunicação Entre Contratante e Contratada

- Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.
 - O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.
- A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada pela execução do objeto o valor total de **R\$ 10.290,80** (dez mil, duzentos e noventa reais e oitenta centavos) mediante depósito bancário, até o 5º (quinto) dia útil seguinte após a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fator impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

§1º. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere a retenções tributárias.

§2º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

§3º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§4º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§5º. Não haverá reajustamento de preços.

§6º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = \frac{1}{365} \quad I = 0,0027397 \quad I = 0,0001643$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento deste Tribunal Regional Eleitoral:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Natureza da Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Empenho nº 2022NE000291 de 09/06/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pelo atraso injustificado na entrega ou substituição do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento) incidente sobre o objeto em atraso, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento);

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa no valor de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, sobre o valor total do Contrato.

§1º. O atraso superior a 20 (vinte) dias na entrega do objeto caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b”.

§2º. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do contrato, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista na alínea “a”.

§3º. A solicitação de prorrogação de prazo, na forma do § anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

§4º. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§5º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§6º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§7º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

§8º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§9º. A contagem do prazo estabelecido na alínea “a” do caput inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

§10. A contagem do prazo estabelecido no §2º inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido na alínea “a”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

§11. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas nesta Carta-contrato assegurará aos Contraentes, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

parágrafo único. Em caso de rescisão antecipada da Carta-contrato, a Contratada deverá ressarcir ao Contratante o valor correspondente ao período não cumprido, com os valores devidamente atualizados.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir questões derivadas desta Carta-contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento assinado pelas partes:

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF nº ***.280.887-**

Pela Contratada: RONALDO AMARAL CHAVES, CPF Nº ***.412.707-**

Em 10 de junho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO**, **Diretor Geral**, em 13/06/2022, às 20:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO AMARAL CHAVES**, **Usuário Externo**, em 20/06/2022, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0752475** e o código CRC **B3F60272**.

0005841-69.2021.6.08.8000

0752475v4

Criado por [LETICIA.WERNECK](#), versão 4 por [LETICIA.WERNECK](#) em 10/06/2022 14:06:28.